

Juizes paulistas opõem-se a

ANC 88

Pasta Setembro/86

039

PAULO

anteprojeto de Constituição

BORIS CASOY

Analista político da Folha

A magistratura paulista opõe-se ao anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.



Oitocentos e dois juizes, dos quase novecentos que compõem a Magistratura do Estado de São Paulo, assinaram moção marcando seu inconformismo com o trabalho da comissão nomeada pelo governo Sarney.

A moção será lida no Congresso da Associação dos Magistrados Brasileiros, que começa hoje, no Recife (PE), pelo desembargador Odyr Porto, presidente da Associação Paulista de Magistrados.

Segundo o documento, "submissa a um imperativo de consciência, a Magistratura, superando a reserva que as questões políticas lhe impõem, deliberou registrar seu inconformismo" com o esboço elaborado pela Comissão, "trabalho com inegável potencial de influência na Assembleia Constituinte a ser eleita em novembro próximo".

Ressaltando a ausência de qualquer representante da Magistratura nos trabalhos da Comissão constitucional, a moção afirma que os juizes

paulistas estão preocupados com "o não atendimento das maiores aspirações populares, que são também as suas, reclamando uma Justiça mais rápida e mais aceitável".

O trabalho cita os principais defeitos da proposta constitucional, segundo os juizes paulistas. Classifica de desnecessário, por exemplo, o desmembramento do Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, proposta cria uma outra corte, paralela ao STF, para julgamento de questões não constitucionais. Cria também tribunais federais regionais, fazendo nascer uma nova instância, tornando a Justiça mais lenta, segundo os magistrados de São Paulo, que "testemunham de perto o ressentimento dos desassistidos e acabam sendo responsabilizados pelo que não são responsáveis".

O documento insurge-se contra "a manutenção de uma restritiva Lei Orgânica Nacional da Magistratura, introduzida numa fase de concentração autoritária". De acordo com os juizes, a manutenção dessa lei pela proposta constitucional "causa surpresa aos que supunham o ressurgimento de um neo-federalismo mais autêntico".

Como omissão do trabalho da Comissão Provisória, os juizes citam

o fato de em momento algum terem sido lembrados "instrumentos liberais de eficiente participação da comunidade, como a de uma ação popular penal", que possibilitaria a qualquer cidadão provocar a eventual instauração de processos contra administradores públicos e dirigentes de entidades financeiras.

Os juizes são contra a criação da Justiça Agrária, da Tributária e da Administrativa, propostas pelo anteprojeto. E contra a possibilidade de "um Ministério Público dissimuladamente elevado à condição de Quarto e de Superpoder do Estado, com as mesmas prerrogativas, garantias e direitos dos juizes, mas sem as mesmas restrições".

Finalmente, os juizes de São Paulo mostram-se contrários à "constrangedora ingerência de outras instituições na formação do quinto constitucional dos tribunais, que se transmuta em um terço, torna, dessarte, o Judiciário menos independente, invertendo a tendência democrática dos novos tempos". A proposta aumenta para um terço a participação do Ministério Público e da Ordem dos Advogados nos tribunais de Alçada. Hoje eles são escolhidos pelos tribunais. Passariam a ser indicados pelo Ministério Público e pela Ordem dos Advogados, sem o crivo do tribunal.

Constituinte é tema de artistas no Rio

Da Sucursal do Rio

Um grupo de artistas, intelectuais e desportistas, entre eles os cantores e compositores Chico Buarque de Holanda e Paulinho da Viola, e o jogador Sócrates, do Flamengo, reuniram-se no Teatro Casa Grande, no Leblon (zona sul do Rio), para debater formas de participação na elaboração da nova Constituição. A reunião começou às 21h30 de anteontem e foi até 1h de ontem.

As propostas feitas são: a elaboração de documento "suprapartidário a ser apresentado aos senadores e deputados candidatos à constituinte"; a formação de "um bloco parlamentar"; a realização de "manifestações populares de apoio a este bloco"; "alertar os brasileiros que uma Constituição pode ser um instrumento de libertação ou de opressão do povo, podendo se definir como democrática ou autoritária"; e a discussão "através de reuniões periódicas, no Teatro Casa Grande.

Comissão aprova hoje texto final

Da Sucursal de Brasília

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais criada, em julho do ano passado, para produzir uma proposta, na forma de um anteprojeto, da futura Constituição ao Congresso constituinte, reúne-se hoje, na Universidade de Brasília, às 15h, pela última vez, para aprovar o texto a ser entregue amanhã ao presidente Sarney.

Em 102 dias de trabalho a comissão realizou doze reuniões plenárias e 39 reuniões seccionais, totalizando 52 reuniões, quase todas no Rio de Janeiro. Segundo a secretaria-executiva, a comissão recebeu quase dez mil propostas de todo o Brasil. Outras 951 cartas foram respondidas.

O texto preliminar foi concluído na semana passada e prevê a nova Constituição em 464 artigos. A forma de governo proposta é parlamentarista, o mandato presidencial é de seis anos e todas as eleições para cargos do Executivo seriam feitas em dois turnos.

A comissão revê a anistia de 1979 ampliando sua extensão para a

reintegração e a readmissão dos militares punidos pelo movimento de 1964. As Forças Armadas continuam responsáveis pela ordem interna, mas sua intervenção só se dará mediante determinação dos poderes constitucionais.

Segundo o secretário-executivo da comissão, Mauro Santayana, o texto proposto "é um manual do cidadão, onde o brasileiro toma conhecimento dos seus direitos, ou seja, subverte-se o conceito de que o cidadão é submisso ao Estado. Nesse esboço, o Estado é que serve o cidadão".

Integrada inicialmente por cinquenta membros, a comissão foi perdendo alguns integrantes. Foi o caso de Paulo Brossard, convidado para ser ministro da Justiça, do sociólogo Gilberto Freyre, que adoeceu, do ministro Célio Borja, nomeado para o Supremo Tribunal Federal, e de Antônio Ermírio, candidato do PTB ao governo de São Paulo. Na reunião de hoje, porém, todos deverão estar presentes. Amanhã, o presidente da comissão, prof. Afonso Arinos, será homenageado por Sarney.